

Ano XX nº 6098 – 19 de julho de 2019

Conferência discute como será a Campanha deste ano

Para dar início aos debates sobre a organização da Campanha Nacional Bancária deste ano, começa hoje a 21ª Conferência Interestadual dos Trabalhadores do Ramo Financeiro dos Estados do Rio e Espírito Santo.

A conferência é aberta à participação de toda a categoria, não sendo necessária inscrição prévia. Mesmo com a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) em vigor até o próximo ano é preciso organizar os bancários para resistir à reforma da Previdência, às ameaças aos direitos trabalhistas, inclusive a autorização de mudanças nos acordos vigentes, contidas na Medida Provisória 881 do governo Bolsonaro, que teve novas alterações ainda mais prejudiciais incluídas por uma comissão da Câmara dos Deputados.

A Campanha dos Bancários deve também fortalecer a luta contra as demissões em massa, as terceirizações e em defesa dos bancos públicos, ameaçados de privatização, como parte do projeto do governo de vender as estatais. “Vivemos numa conjuntura de ataques aos nossos direitos. Por isto mesmo, temos que estar a postos para mantê-los em vigor. A campanha deste ano vai ter esta como a sua principal tarefa”, frisou a presidenta do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, Adriana Nalesso.

Pela aposentadoria, 13 de agosto ganha reforço do Fórum das Centrais Sindicais

Em defesa da aposentadoria, da educação e por empregos, o Fórum Nacional das Centrais Sindicais, que reúne a CUT e demais centrais sindicais – CGTB, CSB, CSP Conlutas, CTB, Força Sindical, Intersindical, Nova Central Sindical e UGT -, aprovou a participação no Dia Nacional de Mobilizações, Assembleias, Paralisações e Greves, em 13 de agosto.

Mesmo com algumas alterações na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 006/2019, da reforma da Previdência, a medida do governo de Jair Bolsonaro (PSL), que segue para votação em segundo turno na Câmara dos Deputados na primeira quinzena de agosto, a CUT e demais centrais avaliaram que as mudanças nas regras da aposentadoria ainda representam prejuízos enormes para a classe trabalhadora e que a luta deve continuar.

A decisão de se juntar a mobilização convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) no dia 13 de agosto, que a CUT e a UNE já haviam aderido, foi tomada depois que os sindicalistas avaliaram que a unidade na luta pode repetir as grandes mobilizações que veem acontecendo desde abril deste ano.

“O 13 de agosto é a continuidade da luta do movimento sindical contra este projeto que foi aprovado na Câmara. Com a luta a gente conseguiu amenizar a proposta, mas a reforma ainda tem pontos muito ruins para os trabalhadores e as trabalhadoras e será com mais luta que vamos conseguir sair vitoriosos”, disse o Secretário-Geral da CUT, Sérgio Nobre.

O diretor executivo da CUT, Júlio Turra, disse que “o dia 13 será mais uma importante mobilização da classe trabalhadora junto com os estudantes contra a reforma da Previdência de Bolsonaro. A luta continua até que nenhum trabalhador ou trabalhadora fique sem sua aposentadoria digna”, finalizou Júlio.

Na votação no segundo turno não poderá ser feita alterações no texto já aprovado na sexta-feira (12), mas pode ter pedidos de destaques para tirar itens do texto.

Para ser aprovada, a reforma da Previdência precisa de 308 votos em dois turnos de votação na Câmara e, depois, ser analisada pelo Senado Federal. O processo pode demorar em torno de 15 dias. Depois de passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), seguirá para o plenário do Senado, onde poderá tramitar até 60 dias até ser aprovado ou não o texto. Se os senadores mudarem alguma coisa, o texto volta para a Câmara dos Deputados para ser votado novamente.

